TANGARÁ DA SERRA

PREFEITURA REALIZA CADASTRAMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO JOAQUIM DO BOCHE A PARTIR DESTA TERÇA

REDAÇÃO DS

FOTO: DIVULGAÇÃO



ATENDIMENTOS INICIAM NESTA TERÇA, AFIRMA PREFEITO

A partir desta terça-feira, 24, a Prefeitura de Tangará da Serra realizará cadastramento da Regularização Fundiária no Distrito de São Joaquim do Boche.

Os atendimentos, que seguem até sexta-feira, 27, ocorrerão na Escola Estadual Antônio Hortolani, para dar continuidade ao processo de regularização dos imóveis do distrito.

O serviço ofertado será através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Inovação (Seplan), para dar continuidade aos trabalhos de Regularização Fundiária Urbana (REURB).

A iniciativa representa mais uma etapa do avanço da política municipal de regularização fundiária, que tem como objetivo promover a organização territorial, garantir segurança jurídica aos ocupantes e possibilitar a regularização dos imóveis situados em núcleos urbanos informais consolidados. "Será de terça a sexta-feira, das 9h até às 12h, e das 13h às 17h, quando a nossa equipe estará presente, recebendo os documentos necessários para os interessados darem entrada na regularização fundiária", pontua o prefeito Vander Masson, ao destacar a expectativa de entrega de títulos em breve aos cadastrados. "Então aproveitem essa oportunidade, é de graça, não tem custo nenhum, com exceção da Reurb, se for alguma empresa comercial. Vamos aproveitar esse momento oportuno".

O Distrito de São Joaquim do Boche está entre os núcleos contemplados pelos trabalhos de regularização fundiária desenvolvidos pelo município. O cadastramento permitirá a coleta e a atualização das informações dos moradores e dos respectivos imóveis, contribuindo para a continuidade das análises técnicas, administrativas e jurídicas necessárias ao processo.

Durante os atendimentos, as equipes responsáveis realizarão o levantamento de informações cadastrais e documentais dos ocupantes, com o objetivo de identificar a situação de cada imóvel e reunir os dados necessários para o andamento da Reurb.

A Prefeitura orienta os moradores a comparecerem ao local de atendimento munidos de documentos pessoais e de toda a documentação disponível referente ao imóvel, como contratos de compra e venda, recibos, comprovantes de posse e outros documentos que possam auxiliar na análise.

Na oportunidade, Vander salienta que não há empecilhos para a realização do cadastro. "Você pode estar devendo IPTU, teu nome pode estar no Serasa, separado, desquitado, viúvo, não interessa, você tem o direito a receber o seu título através da regularização fundiária", orienta. "Nós já entregamos mais de três mil títulos e agora nós queremos entregar para vocês, moradores e proprietários do Joaquim do Boche".

É importante destacar que o cadastramento constitui uma das etapas do procedimento de regularização fundiária e não representa, por si só, a concessão imediata do título de propriedade. A titulação depende do cumprimento das exigências legais e da conclusão das etapas pertinentes.

FOTO: ADOBE STOCK



PEC BRASIL MOVIMENTA O AGRONEGÓCIO EM TODO O PAÍS

Médios e grandes produtores concentram mais de 80% das renegociações de dívidas em MT, diz BB

***MEDIDA PROVISÓRIA** movimentou R$ 1,64 bilhão e atendeu cerca de 600 produtores rurais no estado*

GIOVANNA BAIOCCO / G1 MT

Os médios e grandes produtores rurais concentram mais de 80% das renegociações de dívidas em Mato Grosso, enquanto os pequenos agricultores respondem por cerca de 10% da procura, segundo levantamento feito pelo Banco do Brasil. O perfil do endividamento no estado reflete as operações realizadas por meio da Medida Provisória (MP) 1.376/26, que soma R$ 1,64 bilhão e atendeu cerca de 600 produtores mato-grossenses.

Até a primeira quinzena deste ano, o Banco do Brasil somava R$ 1,64 bilhão em valores relacionados à renegociação de dívidas rurais em Mato Grosso por meio da Medida Provisória nº 1.376/2026.

A superintendente estadual de Varejo do Banco do Brasil em Mato Grosso, Wanda Ribeiro, explicou que a menor participação da agricultura familiar ocorre porque os pequenos produtores possuem limites legais de endividamento, o que evitou um comprometimento financeiro maior nesse grupo.

"Os pequenos têm uma limitação por questão de lei mesmo em relação ao endividamento. Então a gente percebe que esse limite não permitiu que eles se superendividassem. Tem endividamento também, mas em menor quantidade", afirmou.

Segundo o balanço mais recente divulgado pela instituição, os valores em Mato Grosso estão divididos em diferentes etapas de contratação: R$ 992,6 milhões correspondem a contratos classificados como "já despachados", R$ 366 milhões estão na fase final de contratação e R$ 284 milhões seguem na etapa de recebimento de documentos comprobatórios nas agências do estado.

De acordo com Wanda, cerca de R$ 737 milhões já foram efetivamente formalizados e o restante aguarda trâmites de registro em cartório.

> **OS PEQUENOS TÊM UMA LIMITAÇÃO POR QUESTÃO DE LEI MESMO**

